

CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL – CERTIDÃO**Entidade**

Nome/designação:

Domicílio/sede:

Código Postal: Freguesia:

Concelho:

Número de BI/CC: Validade: NIF:

Profissão: Estado:

Contacto telefónico: Fax:

Correio eletrónico:

- Representado por entidade(s) identificada(s) em anexo
- Autorizo que as notificações/comunicações no âmbito do presente procedimento administrativo sejam efetuadas através de correio eletrónico

Pretensão

Venho/vimos por este meio requerer, a emissão comprovativa de que

- o edifício identificado satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em propriedade horizontal
- a alteração à propriedade horizontal não prejudica os requisitos legais a que as frações devem obedecer
- Esclarece ainda que
- o processo administrativo de Execução de Obras já prevê procedimento acima identificado, pelo que solicita a junção do presente pedido
- o edifício já possui Alvará de Licença, admissão de Comunicação Prévia ou Autorização de Utilização não tendo sofrido alterações sujeitas a licenciamento ou comunicação de obras
- o edifício não possui Alvará de licença, admissão de Comunicação Prévia ou Autorização de Utilização anterior

Declaração

Mais se declara que as frações autónomas, além de constituírem unidades independentes, são distintas e isoladas entre si, com saída própria para uma parte comum do prédio ou para a via pública, dando cumprimento ao disposto no artigo 1415º do Código Civil.

Pede deferimento, Terras de Bouro, _____ de _____ de _____ O/A requerente, _____ C.C/B.I. _____ válido até/ emitido ____/____/____ <small>(Dados a preencher pelo signatário, nos termos do Decreto – Lei n.º 250/96, de 24 de dezembro)</small>	Reservado aos Serviços Registo n.º: _____ Data: ____/____/____ O Funcionário, _____
---	--

Informação de Recolha de Dados Pessoais

O Município de Terras de Bouro, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que:

- A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos;
- O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública.
- Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas.
- Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei.
- O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos. O Encarregado de Proteção de Dados pode ser contactado através do endereço de correio eletrónico dpo@cm-terrasdebouro.pt.
- A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-los.

CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL – CERTIDÃO

Dados do processo

Processo

Local da obra

Freguesia:

Morada Obra:

N.º: Andar, lote, etc:

Registo predial

N.º de registo: Data de registo:

Registo fiscal

Classificação da matriz:

N.º do artigo:

Fração:

Operação Urbanística

Tipo de construção:

Tipo de utilização:

Documentação

A instrução do pedido deverá ser efetuada de acordo com a norma.